

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DA BAHIA**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2021**

A **x**, localizada à Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, bairro Santo xxxxxxxxxxxxxx, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença desse I. Pregoeiro apresentar pedido de alteração do instrumento convocatório, com efeito de **IMPUGNAÇÃO** na hipótese de seu indeferimento, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

Ao analisar o edital em epígrafe observa-se que algumas disposições atentam contra o princípio da competitividade, podendo, por esta razão, afastar interessados neste procedimento licitatório e consequentemente impedir que a **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA** selecione e contrate a proposta mais vantajosa.

É com o objetivo de garantir a eficácia e legalidade do certame que a licitante propõe alterações do instrumento convocatório.

---

## **I – DO PRAZO DE ATIVAÇÃO**

Ao analisarmos o item 10.9, acerca do cronograma de instalação, identificamos que o prazo de entrega e ativação dos serviços é de no máximo de 30 (trinta) dias. No entanto, é cediço que tal prazo é inexecutável e beneficia somente a atual prestadora de serviços, bem como não se demonstra adequado à complexidade do objeto e segurança contratual que se pretende obter.

A fim de se respeitar a razoabilidade e a boa fé objetiva do presente certame – visto que do contrário, as licitantes incorrerão em grave e desproporcionado risco de penalidades contratuais –, faz-se necessária a dilação de tal prazo dentro de parâmetros revestidos de razoabilidade e proporcionalidade.

É cediço afirmar que a entrega do serviço a este r. Órgão, necessita da disponibilização de equipamentos e suas devidas configurações, demandando um prazo bem superior ao informado no edital.

Os prazos apresentados pelo TRE-BA no Cronograma de Eventos (em dias úteis) não estão adequados para o porte e distribuição de uma rede SD-WAN com as características solicitadas. Além do prazo de construção da infraestrutura para passagem dos cabos ópticos, são necessários licenciamentos urbanos e ambientais, aquisição e importação de equipamentos contemplados na solução. Além disso, existem limitações dos fabricantes das soluções do projeto em relação à aquisição de semicondutores para fabricação de seus equipamentos, em função da pandemia do COVID-19. Isso afeta diretamente o prazo de entrega da solução. Solicitamos que o TRE-BA ajuste o Cronograma de Eventos, fornecendo prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos para a instalação dos circuitos, a partir da aprovação do Planos de Implantação e Testes de Aceitação. O prazo atualmente fornecido acaba de certa forma privilegiando em parte o atual prestador de serviços do contrato vigente e tira a competitividade do certame. Nossa solicitação será acatada

---

Desta feita, é imperioso que o atual prazo seja revisto, de modo a tornar plenamente exequível o futuro Contrato. Portanto, não prever **prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias** para execução do serviço após assinatura do contrato significa aumentar abrupta e desnecessariamente os riscos de penalidades para o particular quando da contratação dos serviços, o que além de acarretar uma maior oneração para a Administração Pública sob a forma de repasse financeiro nas propostas a serem apresentadas, configura-se como uma regra que foge às inteiras da razoabilidade e da comutatividade contratual que se pretende com a licitação. Ademais, há que se cogitar os sérios riscos de aplicação de outras penalidades contratuais, inclusive as decorrentes da hipótese de rescisão do contrato, cujo risco imensurável poderá afastar deste Certame os eventuais interessados.

Tal alteração se faz necessária tendo em vista que a estipulação de prazo diverso do que se propõe nesta missiva pode ensejar a aplicação de penalidades injustas à Contratada. Não sendo razoável prazo tão ínfimo para a instalação definitiva do serviço, conforme determina a regra editalícia que ora se impugna.

Há que se salientar, por oportuno, que os atos Administração devem ser balizados pelo Princípio da Razoabilidade. Neste diapasão, cabe-nos transcrever o que ensina a melhor doutrina acerca de tal Princípio, que se não alterados os termos editalícios, será completamente ferido. Sobre este princípio, vejamos:

*“Trata-se de princípio aplicado ao Direito Administrativo como mais uma das tentativas de impor-se limitações à discricionariedade administrativa, ampliando-se o âmbito e apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário. A decisão discricionária do funcionário será ilegítima, apesar de não transgredir nenhuma norma concreta e expressa, se é ‘irrazoável’, o que pode ocorrer, principalmente, quando:*

- a) **não dê os fundamentos de fato ou de direito a que a sustentam ou;***
  - b) **não leve em conta os fatos constantes do expediente ou públicos e notórios;** ou*
-

c) *não guarde uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim que a lei deseja alcançar, ou seja, que se trate de uma medida desproporcionada, excessiva em relação ao que se deseja alcançar.*” (grifos nossos) (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, *Direito Administrativo*, 16ª Ed. Atlas, São Paulo)

Já o i. Doutrinador Celso Ribeiro Bastos define a Razoabilidade como sendo **“um Princípio que a Administração, ao atuar no exercício da discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida.”**

Nesta mesma esteira, ensina-nos o Administrativista Hely Lopes Meirelles em sua obra *“Direito Administrativo”* (Ed. Malheiros, 26ª edição, 2000, págs. 86 e 87) sobre o princípio administrativo da razoabilidade: ***“Razoabilidade e proporcionalidade: sem dúvida, pode ser chamado de princípio da proibição do excesso que, em última análise, objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais... não pode ser lançada como instrumento de substituição da vontade da lei pela vontade do julgador ou intérprete ...”*** (grifos nossos).

Desta feita, considerando que o prazo atualmente previsto no Instrumento Convocatório é ínfimo e inatingível, esta licitante vem por esta requerer prazo não inferior a **180 (cento e oitenta) dias** para que seja implantado o serviço demandado relativo ao objeto da presente licitação.

## **II - DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

Os valores estimados devem corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro.

---

A Claro, tem interesse em conhecer o escopo e as especificidades de tais serviços, uma vez que já atua nesta área. Ato contínuo, vimos pelo presente requerer que nos seja concedida vistas das Propostas orientativas e a métrica utilizada, a qual, deram base ao orçamento estimado pela Administração.

### **III - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – PAG. 23**

#### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- b) Atender a solicitações de instalação, transferência e cancelamento das soluções de telecomunicação mediante solicitação formal da fiscalização de contrato.
- c) Enviar relatórios mensais de disponibilidade, alarmes de segurança e análise de tráfego das soluções contratadas à fiscalização para verificação do cumprimento de Acordo de Nível de Serviço (ANS), estabelecido no Anexo D, observando o disposto na Seção 5.4.2.
- d) Prestar suporte técnico ao Contratante por meio de telefone, através de número 0800, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.

#### **QUESTIONAMENTO I:**

Entendemos que deve ser apresentado no Relatório de análise de tráfego exclusivamente os itens previstos no estabelecido no Anexo D, observando o disposto na Seção 5.4.2. Estamos corretos no entendimento?

### **IV – 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente: (...)

- c) Enviar relatórios mensais de disponibilidade, alarmes de segurança e análise de tráfego das soluções contratadas à fiscalização para verificação do cumprimento de INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), estabelecido no Anexo D, observando o disposto na Seção Erro! Fonte de referência não encontrada..

#### **QUESTIONAMENTO II:**

Entendemos que uma vez que relatório estará disponível na plataforma não será necessário o envio mensal. Nosso entendimento está correto?

### **V - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente: (...)

- c) Enviar relatórios mensais de disponibilidade, alarmes de segurança e análise de tráfego das soluções contratadas à fiscalização para verificação do cumprimento de INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), estabelecido no Anexo D, observando o disposto na Seção Erro! Fonte de referência não encontrada..
-

### **QUESTIONAMENTO III:**

Entendemos que o relatório de alarmes de segurança será aplicado apenas aos itens 8 e 9, uma vez que trata-se de chamados provenientes ao serviço Anti-DDos. Nosso entendimento está correto? Caso contrário poderia esclarecer quais parâmetros serão solicitados neste relatório.

### **VI - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente: (...)

c) Enviar relatórios mensais de disponibilidade, alarmes de segurança e análise de tráfego das soluções contratadas à fiscalização para verificação do cumprimento de INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), estabelecido no Anexo D, observando o disposto na Seção Erro! Fonte de referência não encontrada..

### **QUESTIONAMENTO IV:**

Entendemos que o relatório de análise de tráfego trata-se de relatório de latência dos links. Nosso entendimento está correto? Caso contrário poderia esclarecer quais parâmetros serão solicitados neste relatório.

### **VII - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.2.1. O prazo para envio dos planos será de dois dias úteis após a assinatura de contrato.

### **QUESTIONAMENTO V:**

Entendemos que uma vez que o plano de implantação deve conter todas as informações pertinentes a rede, bem como o mapa de endereçamento IP, faz-se necessário o aumento do prazo de entrega do plano de implantação especificado no edital de 2 dias corridos para 20 dias. Nossa solicitação será atendida?

### **VIII - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.9.5. D + 25: Conclusão das instalações, respectivos testes e envio do último Relatório de Testes de Aceitação à fiscalização. Envio do recebimento provisório pela fiscalização à contratada.

### **QUESTIONAMENTO VI:**

Entendemos que para ampliar a competitividade e participação no certame e proporcionar um preço mais vantajoso para essa administração, faz-se necessário o aumento do prazo de instalação especificado no edital de forma a garantir a perfeita execução dos serviços em prazo exequível e de acordo com os níveis de qualidade exigidos.

---

Esclarecemos que este serviço abrange a importação e instalação de equipamentos, bem como o transporte de matérias e obtenção de licença junto aos órgãos competentes para a realização desta construção para os circuitos. Solicitamos que seja alterado o prazo para 180 dias possibilitando uma melhor qualidade na prestação dos serviços e o correto cumprimento dos prazos. Salientando que a efetiva ativação poderá eventualmente ocorrer antes deste prazo. Nossa solicitação será atendida?

#### **IX - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – PAG. 36**

1.8.2. Deverá possuir latência média máxima de 60 ms, fim a fim.

##### **QUESTIONAMENTO VII:**

Entendemos que a latência varia conforme a distância do ponto remoto ao concentrador. Sendo assim solicitamos o aumento da taxa para 100ms. Nossa solicitação será atendida?

#### **X - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – PAG. 74**

1.6.1. Deverá ser fornecida planilha de endereços IPv4 de todos os enlaces dois dias úteis após a assinatura de contrato.

##### **QUESTIONAMENTO VIII:**

Esclarecemos que os endereços IP são fornecidos durante o processo de implantação. Sendo assim, solicitamos que seja alterado o prazo para 20 dias. Nosso solicitação será atendida?

### **III - DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO**

Como resta demonstrado, a alteração do edital é medida que garantirá a legalidade da licitação, possibilitando a **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA** selecionar a proposta mais vantajosa para cada um dos serviços contratados, assim como manter a legalidade do certame e do futuro contrato administrativo, através da correção da incoerência aqui apontada. Ante o exposto, a fim de garantir o caráter equânime e competitivo da licitação, bem como a aplicação dos princípios da legalidade e da justa competição, requer a alteração do edital no

---

termo proposto acima. Ainda, na hipótese do I. Pregoeiro não acolher as presentes razões, digne-se a recebê-las como impugnação aos termos do edital, com efeito suspensivo, de acordo com o disposto na legislação vigente.

Salvador, 29 de Novembro de 2021.

---